



A história de uma mulher contada através de marcadores sociais:

“a experiência como lugar de contestação”

Gilberta Santos Soares¹
Cecília Maria Bacellar Sardenberg²

Resumo: O artigo aborda as interseccionalidades entre os marcadores sociais de sexo-gênero, orientação sexual, raça, classe, ruralidade e localidade, refletindo sobre como estes operaram na experiência de vida de uma mulher, negra, pobre, de área rural que se tornou liderança na luta pela terra de um assentamento da reforma agrária na Paraíba; assumiu a lesbianidade, constituiu uma família homoparental e deslocou-se para morar na Europa. No contexto das diferenças e das maneiras como o poder opera, a personagem atuou em margens de agência (agency), mediada pelo contexto cultural e social, fazendo de sua experiência um lugar de contestação (BRAH, 2006).

Palavras-chave: Interseccionalidades, lesbianidade, raça, classe, localidade

Introdução

No início da década de 90, Gilberta Soares, uma das autoras deste texto, conheceu uma jovem trabalhadora rural, participando de encontros e oficinas sobre questões das mulheres na perspectiva feminista. Naquela época, essa trabalhadora rural estava envolvida na luta por terra na Paraíba para famílias de trabalhadoras/es rurais que não tinham terra para plantar e morar. Com a enxada numa mão e a escrita na outra lutou pela posse da terra, resistiu ao massacre da polícia, de uma das áreas mais cobiçadas na sua região, e se fez respeitar pelos seus pares. Era impressionante a força que tinha no olhar e na postura, a determinação com que chegava, a presença curiosa

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM)/UFBA - gilbertass@gmail.com

² Pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Mulher e professora dos Programas de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo e de Pós-Graduação em Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA - ceciliasard@gmail.com

junto a um jeito tímido, calado e observador. Tinha um corpo marcado pelo trabalho com a enxada, pelo sol e pelas intempéries passadas no tempo transcorrido entre as ocupações, os enfrentamentos com a polícia e a conquista da posse da terra. Sua experiência era muito diferente da jovem feminista que lhe observava; ao mesmo tempo em que existia algo em comum que aproximava: a busca constante da autonomia e da independência como mulher, a inquietação e o compromisso com as lutas sociais.

Seu contato com o movimento feminista e com a diversidade de experiências de outras mulheres - tais como trabalhadoras urbanas, intelectuais, estudantes, mulheres jovens e idosas, lésbicas e heterossexuais, cristãs e sem religião - lhe permitiu ampliar a visão a partir do olhar para outro universo de vivências, interesses e problemas. Passou a perceber a realidade das mulheres, a partir das questões do corpo, da sexualidade, da identidade, do trabalho produtivo e reprodutivo, da participação social e da autonomia. Igualmente, sua participação e de outras trabalhadoras rurais nas rodas de conversa trazia grande contribuição às reflexões, pois suas experiências resignificavam a relação campo-cidade, interpelando o olhar de quem via da ótica da cidade.

Neste artigo, procuramos percorrer e refletir sobre a história de vida dessa personagem – que aqui chamaremos simplesmente de ‘Elisabete’³ - com base em dois importantes conceitos. Trabalhamos, por um lado, com a noção de “interseccionalidades” entre diferentes marcadores sociais - sexo-gênero, orientação sexual, raça, classe, ruralidade e localidade - procurando entender essa dinâmica, a partir da experiência de vida de uma personagem real, no contexto de uma sociedade na qual se entrecruzam e entrelaçam o sexismo, o racismo, a lesbo-homofobia e as desigualdades inerentes a uma sociedade capitalista. Assim, buscamos pensar esses marcadores, por serem vetores da produção de diferenças e constituírem a base da exclusão social, para entender como estes operaram na experiência de uma mulher negra, pobre, de área rural que trilhou uma trajetória de vida diferente das mulheres de sua comunidade e hoje vive sua diferença em país da Europa. Destacamos, também, a relevância da conjuntura e do contexto político, as relações estabelecidas com movimentos sociais e suas bandeiras de luta, como as entidades de luta pela terra, o movimento feminista e sindicalista para entender as profundas transformações que

³ Em homenagem a Elisabete Teixeira (1925), fundadora da Liga Camponesa de Sapé/PB, em 1958, junto com seu marido João Pedro Teixeira, com objetivo de mobilizar trabalhadores rurais pela reforma agrária. Após o assassinato de seu marido, assumiu a liderança da Liga. Perseguida, entrou na clandestinidade no período da ditadura e só após a anistia pode reunir seus filhos, com a ajuda do cineasta Eduardo Coutinho que trabalhava no filme *Cabra Marcado para Morrer*.

ocorreram em sua vida pessoal, implicando na dimensão da sexualidade e localidade. Como se verá adiante, na primeira fase da vida - da adolescência à luta pela terra – os marcadores de classe, idade, gênero e ruralidade foram determinantes, mais tarde tonalizados com a dimensão da sexualidade. A condição de mulher negra não tinha emergido naquele contexto ou não foi destacada por ela que não associava a condição de classe à raça. A vida na Holanda lhe fez descobrir a negritude de uma mulher brasileira e negra, enfatizando os marcadores de raça e de localidade.

Por outro lado, no contexto das diferenças e das maneiras como o poder opera, a personagem atuou em margens de agência (*agency*), mediada por diferentes contextos culturais e sociais. O conceito de “agência”, da forma utilizada por Deleuze (1998), é referente à capacidade de agir dos indivíduos a partir de contextos sociais e culturais específicos, permitindo-nos entender como, apesar dos determinantes, Elisabete traçou um novo caminho para si. Nessa perspectiva, portanto, a atuação dos sujeitos é constituída pela situação em volta e suas escolhas são limitadas pelas bordas do contexto cultural e social. Zourabichvili dialogando com o conceito de agência proposto por Deleuze, afirma:

O indivíduo não é uma forma originária, evoluindo no mundo como em um cenário exterior ou um conjunto de dados aos quais ele se contentaria em reagir: ele só se constitui ao se agenciar, ele só existe tomado de imediato em agenciamentos. Pois seu campo de experiência oscila entre sua projeção em formas de comportamento e de pensamento preconcebidas (por conseguinte, sociais) e sua exibição num plano de imanência onde seu devir não se separa mais das linhas de fuga ou transversais que ele traça em meio às "coisas", liberando seu poder de afecção e justamente com isso, voltando à posse de sua potência de sentir e pensar (2004, p. 9).

Na trajetória de Elisabete, a luta pela terra, o enfrentamento às oligárquicas agrárias locais, o confronto com a polícia, o empoderamento junto aos companheiros homens, a identificação com a resistência das trabalhadoras rurais, a desconfiança das mulheres da comunidade sobre si, o encontro com o feminismo e com o sindicalismo, posteriormente, a mudança de localidade, a vida fora do Brasil, tudo isso acionou sua capacidade de agir, fazendo-a resistir aos processos de exclusão e lhe permitindo os trânsitos necessários na sua constituição como sujeito – “porque eu sabia ler e escrever, andar sozinha, me locomover e participar, eu tinha a boca grande”. A partir das condições dadas, a personagem se constituiu no agenciamento cujos acontecimentos produziram efeito sobre sua vida.

Conceituando Interseccionalidades

Cabe ressaltar que as condições sociais que levam à exclusão não podem ser generalizadas, pois que são diferentes quando se considera homens e mulheres; brancos/as, negros/as e índios/as; heterossexuais e homossexuais; crianças, jovens, adultos e idosos/as; pessoas sem e com deficiência e que esses fatores se combinam, complexificando a posição do sujeito no mundo. A história das mulheres traz a clivagem de gênero, raça, etnia, orientação sexual, territorialidade, classe social, entre outras. Dessa forma, a garantia da equidade de gênero exige que se dê atenção às várias formas pelas quais o gênero intersecta-se com outros marcadores sociais e ao modo pelo qual essas intersecções contribuem para a vulnerabilidade particular de diferentes grupos de mulheres..

Feministas acadêmicas vêm questionando a universalização e a essencialização da categoria mulher, apresentada de forma homogênea, desenraizada de outras dimensões que compõem a experiência de cada sujeito. Já nos anos 1970, os estudos sobre mulheres mostravam a diversidade de suas experiências, levando, em tempo, a se reconhecer as limitações de se tomar gênero como categoria única de análise para dar conta da diversidade observada. Em especial, ressaltou-se que a intersecção entre classe, raça e orientação sexual altera a forma como cada mulher vive a sua condição de gênero e vivencia a opressão sexista.

Teóricas vêm se dedicando a construir o conceito de interseccionalidade, como “a multiplicidade de dimensões e modalidades das relações sociais e formações de sujeito” (LESLIE, 2005). Esse conceito surgiu na década de 1990 e é resultante dessa crítica à universalização e essencialização da categoria mulher e das intensas reivindicações, internas ao movimento feminista, relativas à diferença formuladas pelas mulheres negras, latinas e feministas lésbicas por reconhecimento como sujeito políticos no campo feminista (HILL COLLINS, 2003; HARAWAY, 1991).

Do ponto de vista dos movimentos sociais, foram às mulheres negras que se apropriaram do conceito de interseccionalidade, a partir da interface com os movimentos negros e de mulheres. Á época da Conferência Mundial Contra Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata (Conferência de Durban), 2001, Kimberlé Crenshaw organizou um protocolo provisório para colaborar com a identificação de interações entre as discriminações de raça e de gênero. A metáfora do tráfego que flui através dos cruzamentos é utilizada para pensar como diferentes fatores agem de forma simultânea, quando o fluxo vem simultaneamente de várias direções,

produzindo subordinação (CRENSHAW, 2002). As mulheres negras vivenciam o resultado do racismo e do sexismo e, em sua grande maioria, as iniquidades resultantes da pobreza. Por isso mesmo, o protocolo propõe que política pública não deve ser universal, deve considerar as especificidades e desigualdades entre as mulheres, a raça negra, as populações indígenas e LGBTs. Para Kimberlé Crenshaw:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pelo qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas às mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Essa perspectiva problematiza a noção de que o poder social é unificado, coerente e centralizado, trazendo a perspectiva de que o poder opera por meio de constelações dispersas de relações desiguais. A contestação da universalidade está baseada na articulação de diversos sistemas de subordinação, como o sexismo, o racismo, a heteronormatividade e o classismo. O conceito de interseccionalidade possibilita uma visão complexa sobre os diferentes marcadores sociais de grupos e pessoas, impedindo o isolamento ou privilégio de parte do grupo. Quando consideramos as mulheres, são as brancas que serão privilegiadas por causa das vantagens que o racismo lhes confere, como maior acesso a bens e políticas. Ao passo que quando consideramos a raça, são as mulheres negras as mais discriminadas e excluídas, haja vista a maior mobilidade e visibilidade dos homens.

Avtar Brah (2006) propõe trabalhar com a ‘diferença’ como categoria analítica, que inclui gênero, mas não se restringe a ele. Essa ideia remete à análise da diferença como experiência, como relação social, como subjetividade e como identidade. Brah se opõe a ideia de um “sujeito da experiência” já plenamente constituído a quem “as experiências acontecem”. A experiência é um processo, um lugar de formação do sujeito, não fixo ou único. Para ela, a experiência é um lugar de contestação: um espaço discursivo onde posições de sujeito e subjetividades diferentes e diferenciais são inscritas, reiteradas ou repudiadas. Parafraseando Brah, é útil pontuar a diferença como marcador de distintividade de histórias coletivas, a diferença como resultante da experiência pessoal, inscrevendo biografias. Scott (1998) aponta a importância de recuperar as diferentes perspectivas daquelas/es esquecidos pela história. Lembra que a história da diferença constituiu-se como a história da designação do outro, aquele que não se inscreve na norma presumida.

Na perspectiva de Brah (2006), contudo, o contexto define qual o marcador que estará em evidência para cada grupo social a depender do momento histórico. Ou seja, embora a produção dos sujeitos se dê na interseccionalidade de diferentes marcadores, aqueles, ou aquele que afluem para o nível da consciência e definem a identidade de diferentes sujeitos, depende da sua trajetória específica nos diferentes contextos, incluindo os discursivos. Vejamos, a seguir, como isso se evidencia na trajetória de Elisabete.

A luta pela terra

O pai de Elisabete era carpinteiro e a mãe agricultora. Ela é a filha mais velha em uma família de 10 irmãos dos quais cinco morreram antes de um ano. Vivendo na roça, Elisabete não terminou a 8ª série, mas deu aula para crianças do sítio em que morava. Ainda jovem foi mãe solteira. Com 20 anos, se engajou na luta pela reforma agrária, se tornando importante liderança na luta pelas terras no litoral sul da Paraíba:

A terra era da irmã mais velha da minha mãe, era 15 hectares, minha mãe tem 09 irmãos, aí o povo casava, tinha filhos e ia aumentando. Já tava totalmente cheia e não dava pra trabalhar mais. ... **todo mundo era agricultor mais ninguém tinha terra para trabalhar.** A ideia começou assim de ocupar a terra de se envolver nos movimentos...⁴

Ela participou da estratégia de ocupação da terra, viveu no acampamento, passou por cinco despejos, enfrentou capangas, proprietários e a polícia, foi presa. Quando o último despejo aconteceu, eles já tinham construído as casas, tinham fruteiras grandes e uma casa de farinha. Ela também acompanhava os processos de ocupação e despejos de outras áreas circunvizinhas:

A gente ajudava muito os outros, quando um era despejado, ia todo mundo pra lá, pra dar uma força”.

Como sabia ler e escrever se destacou na articulação com parcerias fora da comunidade e na captação de projetos e recursos para investimento na área assentada. Saber e poder se articularam no processo de empoderamento da personagem: “eu sabia colocar no papel os nossos desejos, eu sabia fazer um projeto”.

A luta pela terra é antiga no Brasil, protagonizada por trabalhadores/as-sem-terra que reivindicaram o direito à terra em oposição a acumulação dos latifúndios improdutivos. No processo de luta pela terra, as áreas de acampamentos têm sido palco de conflitos, de tensão, de violência e de violação dos direitos dos trabalhadores e

⁴ Os depoimentos foram extraídos da entrevista concedida por Elisabete sobre suas experiências de vida.

trabalhadoras. Existem, no litoral Sul da Paraíba, várias áreas de assentamento conquistadas a partir da luta pela terra cujos títulos de posse da terra foram resultantes da reforma agrária. Em 1986, 64 famílias de trabalhadores/as rurais da região decidiram lutar por um pedaço de terra. Essa decisão foi fomentada pela ação de agentes da Comissão Pastoral da Terra, setor da Igreja Católica com características progressistas, com atuação na região Nordeste. Houve forte reação dos antigos proprietários e herdeiros dos latifúndios improdutivos que resistiram com o apoio da polícia. Em 1992, após seis anos, os/as trabalhadores/as ganharam a luta, ficando acordado que a terra ocupada seria desapropriada e transferida para os trabalhadores rurais. O título da terra é coletivo, com 95 hectares em nome da associação, sendo que cada família tem cinco hectares.

“Com certeza, podia sair, andar, conhecia, sabia andar nesse mundo. Acho que isso foi à razão deles me respeitarem”.

Sua história de mulher na Paraíba, no Nordeste do Brasil, estava submetida a códigos de socialização do sistema de gênero que colocam as mulheres como submissas e obedientes, impedindo a liberdade de trânsito e a vida sem a proteção masculina. Ela era a única mulher que participava na coordenação do movimento de luta pela terra na sua comunidade. As mulheres participavam pouco, não andavam sozinhas e não opinavam. Quando a associação de trabalhadores assentados foi criada, as mulheres não podiam votar, nem tinham direito a ter casa em seu nome. No entanto, ela conseguiu terra, casa e o direito de votar sob o argumento de que não tinha marido e era mãe solteira, lutando e conseguindo estender esse direito a todas as mulheres posteriormente. Sempre enfrentou a polícia na frente junto com os homens.

“Eu não tava de saia, porque eu nunca vesti saia, tava sempre de calça comprida, mas já tinha peito, dava pra ver bem que era uma mulher de cabelo grande, mas eles me tratavam do mesmo jeitinho me pegava e jogava lá dentro, que nem fazia com os outros dois”.

Percebe-se que ela transitava entre o universo masculino e feminino, adotando uma performance de gênero masculina (BUTLER, 2008) relacionada ao jeito de se vestir e de se comportar e a forma como ela estava no espaço público, desde a luta pela terra ao lazer:

“Ia pra praia com eles, tomar cachaça, mas eu tinha 20 anos... Fui muitas vezes pra praia com 10 ou 15 homens, eu era a única mulher que ia, eu era a única que fumava, tomava cachaça, ninguém fazia. Não tinha muitas opções. ... Gostava de farrear, de beber, de fazer coisas malucas... as mulheres não saiam de casa”.

“Eu não tinha nenhuma amiga aqui nessa comunidade, quando tinha bastante gente da minha idade, a grande maioria já era casada e as outras eram bem mais jovens e ficavam em casa”

O respeito a sua performance e reconhecimento da sua capacidade de liderança não se deu de forma espontânea. Quando perguntada sobre a reação dos homens, ela afirma que precisou mostrar que sabia, adquiriu respeito porque sabia ler e escrever, andar sozinha, se locomover, participar e reivindicar: “Tinha a boca grande”.

Eu sempre soube provar, eu sempre tive que provar, não consegui de graça, e gostava de mostrar a eles que conseguia também, pra mim era um desafio. Eu ia atrás dos direitos e conseguia, eu sabia ler e escrever, eles não sabiam, o que era uma vantagem, infelizmente pra mim, e pra eles, uma desvantagem.

As mulheres se incomodavam com ela, pois a viam como uma ameaça aos seus maridos, o que era respaldado no fato de ter tido uma filha sem casar - “achavam que eu era meio prostituta”. As amigas que cultivava eram com as mulheres lideranças das outras áreas de acampamento. De fato, ela nutria familiaridade aos códigos de sociabilidade masculinos e sabia do universo feminino em uma sociedade com forte divisão entre o mundo dos homens e o das mulheres. Como as outras mulheres, abastecia a casa de água, lavava roupa no rio e cuidava da filha, quando estava em casa, mas gostava de sair, viajava para reuniões e representava a comunidade. Ela queria ter os mesmos direitos que os homens e sabia que era diferente das outras mulheres.

Eu não ia com eles, geralmente, eu ia sozinha ou com uma amiga de um acampamento que apoiava a luta. Mas, os homens iam, eles tavam lá, eu dançava com eles, bebia com eles... Isso era horrível para as mulheres... Tem duas mulheres que ainda não falam comigo... Eu era diferente. Era independente e elas não eram. Não prestava conta a ninguém.

Ela tinha a percepção da discriminação que sofria por ser uma mulher livre e como já vivenciava silenciosamente, o desejo por mulheres:

Mas eu nunca tive nada com nenhum homem delas, achava todos feios, era legal porque eu queria sair, queria me divertir, quando tinha tempo. Mas sempre disse: ‘fique pra você (risos), mas ninguém acreditava.

No primeiro momento, foi associada à figura da mulher heterossexual livre – puta - que se aproximava dos homens das outras. Entretanto, tinha a cumplicidade e o apoio de sua mãe, que dessa forma, dava a sua contribuição para a luta pela terra.

Eu era solteira, tinha uma filha que ficava com a minha mãe, ela era bem cuidadosa. Levava comida quando eu tava nas comunidades perto, lavava a minha roupa. Porque nessa luta... A gente viveu muito tempo em João Pessoa, eu e as outras mulheres lideranças, só vivia no meio do mundo, na Interpa ou

no INCRA, acampando, procurando direitos, projetos para conseguir casa, telha, tijolo, essas coisas todas.

Depois da conquista da terra e da aproximação com os movimentos feminista e de mulheres trabalhadoras, abriram-se novos horizontes, fazendo com que ela focalizasse na inclusão política, social e produtiva das mulheres e na mudança de vida destas. Ela percebia que existia discriminação e tinha visão sobre a dificuldade das mulheres de romper com a submissão aos homens no casamento e das jovens em relação aos pais. Compreendia que a sua liberdade de se locomover estava relacionada ao fato de ser solteira e de contar com o apoio da sua mãe para tomar conta da filha:

... nos dois anos quando as mulheres não podiam votar, eu sempre achei isso uma horrível discriminação. O fato de você tá casada com um homem não significa que tenha a mesma opinião dele... Era um trabalho difícil... Muita mulher aqui dizia: ‘olha, eu vou fazer o que tu queres e vou perder meu marido, e quem vai dá de comer aos meus filhos? Ai, tu já tá com a boca fechada, né?’

Diante das resistências das mulheres, a estratégia foi trabalhar com projetos produtivos, como a criação de porcos e de galinhas. Esses projetos ganharam a aceitação dos maridos porque aumentava a renda da família e eles não viam como algo que ameaçava sua soberania. Também reuniu algumas mulheres num grupo de costura para gerar renda no Sindicato de Trabalhadores Rurais. Ela participou de atividades do movimento feminista e da Comissão Estadual da Mulher Trabalhadora da Central Única dos Trabalhadores (CUT) da Paraíba e da Comissão Nacional.

Feminismo e sexualidade

Dada à precariedade de garantias sociais em que viviam e a obstinação pela garantia da terra, destinou anos de sua vida a busca dessas condições, o que nomeou como “falta de tempo para outras coisas”. Da sua aproximação com os movimentos de mulheres e feminista, relata a abertura de visão sobre a sexualidade, evidenciando-se sua orientação sexual, quando pode nomear o que já lhe acontecia.

Eu acho que eu já sabia, mas por conta do movimento tomar tanto espaço na minha vida, eu não tinha muito tempo de... tinha umas meninas que eu vivia apaixonada por todas, mas como ninguém falava nisso, não tinha tempo de conversar, ninguém tinha tempo de viver, nunca viveu.

Eu já tinha aprendido muita coisa noutro sentido. Nesses movimentos, a minha visão se abriu mais, também eu tinha mais tempo de ver as coisas, porque andar eu já andava pra todo lugar, eu conhecia um monte de coisa, mas você

anda e você não vê, naquele momento lá, eu tava mais preparada, talvez tava mais aberta, mais madura, talvez tava pronta pra ver, não sei.

É perceptível que ela considera a ampliação da sua visão de mundo a partir da dimensão da sexualidade, sem atribuir valores de maior ou menor importância em relação à luta pela terra e pelas condições de vida. Sobre si mesma, reflete: “eu era a mesma, só que mais esperta ainda, tinha aprendido mais, tinha conhecido pessoas que ajudaram a abrir a cabeça, a ver mais coisas, ver um mundo maior”. Alguns anos depois, iniciou um relacionamento homo-afetivo com uma mulher de nacionalidade holandesa. Viveu essa experiência no assentamento, enfrentando a família, seus pares, o estranhamento do grupo e a discriminação:

Eu já tinha um respeito tão grande aqui... O povo falava muito de mim, pelas costas, ouvia aqueles boatos, aquele grupo que tava contra e o a favor. Quando eu ia lavar roupa no rio, ia buscar água, sempre tinha uma que me contava o que se falava lá. Teve uma época que eu achei que a minha filha tava começando a ter problemas aqui. Quando ela brigava, briga de crianças, os meninos jogavam isso na cara dela: ‘a tua mãe é sapatona’. Ai, ela brigava mais ainda, isso eu achei ruim.

Elisabete conta que não fez muita coisa em relação à comunidade, simplesmente viveu sua vida, assumiu a relação e acreditou no respeito que as pessoas tinham por ela. Ela fala sobre os mecanismos de invisibilidade que foram acionados para promover a aceitação de sua orientação sexual e da relação homoafetiva:

Eles aceitam, mas eu acho que eles têm vergonha de falar, é melhor não dizer nada... Essa coisa de casar ninguém fala não. Todo mundo sabe, eu casei... Fiz uma festa de casamento aqui, (com o pai da noiva e tudo). Mas, ninguém diz que eu sou casada com ela.

No início, houve diferentes reações na família; a crise de riso, a incredibilidade, o silêncio absoluto e a não aceitação, todavia sua postura desprendida, a cabeça erguida, o diálogo e a convivência levaram a aceitação por parte de sua família e da comunidade.

O trânsito de território: uma nova experiência

Algum tempo depois, mudou-se para Holanda, levando a filha brasileira. Ao chegar à Holanda, celebrou contrato de união civil com a namorada e adquiriu passaporte definitivo e cidadania holandesa, posteriormente, celebrou o casamento.

A união estável entre pessoas do mesmo sexo foi oficializada em 1998 e o casamento em 2001 na Holanda, o primeiro país que legalizou o casamento entre pessoas do mesmo sexo e avançou na construção da cidadania LGBT. Em 2001, houve

também a alteração da lei de adoções, permitindo que casais de lésbicas e de gays pudessem adotar crianças residentes na Holanda. Sobre a maternidade lésbica, a mãe biológica é considerada automaticamente a mãe, sendo necessário que a outra faça a adoção para adquirir o status legal de mãe, o mesmo ocorre para casais gays.

Para Elisabete, a importância de oficializar a união estava também no fato de poder regulamentar a maternidade das duas filhas que ela e sua companheira tiveram, através de inseminação artificial caseira⁵. Em suas palavras:

Achei importante ter um papel dizendo que eu também sou a mãe das crianças, eu sou a segunda mãe. Na Holanda, as crianças tem duas pessoas responsáveis, independente de ser homem e mulher, mulher e mulher, homem e homem. Eu gosto porque teve oportunidade pra mim e também pelas crianças.

Retomando a sua chegada à Holanda, pode se dedicar ao estudo do idioma, como a sua única atividade, algo que não viveu na infância. Foi um momento de intenso aprendizado, com o reconhecimento de que pôde se dedicar a escola, e das dificuldades enfrentadas: aprender um novo idioma, apreender a cultura e perder a sua mobilidade.

Os primeiros seis meses na Holanda, eu tava totalmente perdida... Eu não fiz nada, só estudei, minha única atividade era a escola. Me senti muito ruim, sozinha, tive que me acostumar com a cultura lá, aquela coisa que o povo é muito individual. Você tem que marcar hora, marcar com alguém para poder chegar na casa, não pode passar e chamar.

Entendeu que não seria suficiente ter o passaporte definitivo e que seu passaporte social era a comunicação através do domínio da língua. A determinação e persistência levaram a um acordo consigo mesma, de que aprenderia a língua e jamais voltaria por não a ter aprendido. Mais uma vez, teve que provar que sabia.

Quando já conseguia falar um pouco, o esporte e o futebol feminino foi outro signo de sua sociabilização:

Eu sabia jogar bem e foi bem legal, esse grupo me ajudou muito. Era um time de holandesas, todas sapatonas. Lá, eu era importante, a gente jogava futebol!

Conquistou o respeito do time e fez amizades através do futebol; um dos símbolos masculinos da cultura brasileira no exterior. Grupos de lésbicas, no Brasil e na Holanda, costumaram adotar a prática do futebol como parte de sua sociabilidade. Espaços de lazer e encontro integram o que algumas autoras chamam de subcultura lésbica (NOGUEIRA, 2008).

⁵ É um procedimento de inseminação, que através de acordo com um homem, a mulher recebe o sêmen de modo informal, sem recorrer às técnicas de reprodução medicamente assistida ou a um banco de sêmen. Geralmente, utilizado por mulheres lésbicas com a vantagem de ter baixo custo e apresentar resultado, sem as técnicas médicas invasivas.

Após seis meses, começou a trabalhar e estudar; fez ‘trabalho de migrante’, (faxina, babá, cuidadora idosos), entendendo que era uma fase e que precisava adotar atitudes estratégicas e positivas:

Na limpeza de casa, geralmente, eu não via ninguém, você chega às oito da manhã, recebe a chave e o povo vai embora, quando termina, eu botava a chave por baixo da porta, não sentia preconceito. Fiz muito trabalho besta porque precisava, eu tinha que ver assim, porque tinha que ganhar dinheiro e não tinha a possibilidade de ter um trabalho melhor naquela época.

Para Elisabete, a recente migração parece ter sido vivida como mais um desafio de adaptação a um contexto adverso e exigente, sobretudo, de busca da oportunidade, tal como a relação com os acampamentos de sem-terra no Brasil.

Se a experiência da migração é um dilaceramento, ao mesmo tempo, é promessa do absolutamente novo: oportunidades, possibilidades... Viver a condição de estrangeiro é uma experiência múltipla, pois a forma como o indivíduo percebe-se nesta condição, contribui para o êxito da emigração, ou fracasso e o retorno” (GARCIA, 2006, p. 3).

Para essa personagem, a experiência de migração é exitosa. Três anos depois, já dominava a língua e começou a atuar como trabalhadora social. Depois, iniciou o trabalho numa casa de apoio governamental que abriga moradores de rua à noite, alcançando reconhecimento e liderança entre a equipe de trabalho e os usuários/as, chegando a exercer cargo de coordenação e gerência administrativa da casa. Atualmente, trabalha com assistência social, apoiando moradores de rua que já foram instalados em casas. Está fazendo um curso profissionalizante em trabalho social.

“Eu sou preta e tenho um cabelo diferente”

Finalmente, a experiência na Holanda revelou para ela a consciência da negritude, sendo um marcador social destacado nesse momento:

Eles me veem como eu sou diferente, na Holanda, meu cabelo é maravilhoso e bonito, quando eu estou no Brasil meu cabelo é igual a qualquer um, é pixaim. Na Holanda, todo mundo quer pegar, alisar e puxar, eu penso que todo mundo acha isso bonito. **Claro, eu sou diferente, eu sou preta e tenho um cabelo diferente”.**

Ao transpor a fronteira oceânica, ela logo se tornou negra, pois sua pele, cabelo, origem lhe conferem a negritude; inominada no Brasil, silenciada pelo mito da democracia racial que igualou brasileiras/os através da mestiçagem na construção da identidade nacional. O projeto de nação brasileira ocupou-se da negação do racismo e das consequências da escravidão, invisibilizando as desigualdades raciais e subtraindo a

humanidade de negras/os. Munanga (1996) reflete sobre as facetas silenciosas do racismo brasileiro, onde a discriminação racial é negligenciada sob o manto da diferença social e as suas perniciosas estratégias de embranquecimento. Estando no Brasil, ela disse:

“Essa semana eu deixei meu cabelo solto e três pessoas me perguntaram se eu não penteio o cabelo. Aqui, elas amarram e eu sempre tô com meu cabelo solto, aquela bruxa assim... porque tô acostumada na Holanda, sempre deixo solto”.

A revelação acima é demonstrativa da forma como o racismo se expressa no Brasil, destacando a contenção e repressão aos cabelos negros das mulheres - cabelos duros, pixaim, fuá - os cabelos que anunciam a negritude e ganham vontade, tornam-se ruins para associar ao negativo, a feiura, ao mau gosto (SHOHAT, 2002); e por isso devem ser domados na estratégia do embranquecimento. O cabelo destacado como o símbolo da diferença e da raça. Reconhecimento da diferença de cor? Exotismo tropical? O fato é que a negritude tornou-se visível.

Piscitelli (1996) destaca a intersecção entre gênero, cor e localidade. Conforme afirma Carneiro (1995), a cor racializada e o gênero são categorias de diferenciação centrais e indissociáveis, que operam com inter-relações complexas. Quando o marcador localidade ficou em evidência, a cor ganhou lugar de destaque, constituindo-se como fundamental na intersecção com o gênero e a sexualidade: uma mulher negra, lésbica, mãe, adulta e trabalhadora no contexto da transnacionalidade.

A pergunta sobre a vivência da discriminação não alcança ressonância na sua descrição, costuma dizer que não se sente discriminada e não nomeia as experiências assim. Reconhece que algumas amigas brasileiras e portuguesas se sentem discriminadas na Holanda, mas não aplica a ela essa designação. Prefere entender as situações vivenciadas como lições que a tornam mais resistente e habilidosa no aprendizado de como lidar com as diferenças culturais.

Eu tenho duas amigas lá em Portugal que tem muitas situações de discriminação, elas sofrem, a gente conversa bastante sobre isso, mas eu mesma nunca me senti. ...fica aquela coisa muito negativa na cabeça delas: ‘eu tô sendo discriminada’, ai, você vê muito mais.

Para Elisabete a discriminação vivenciada por suas amigas na Holanda também está associada à condição heterossexual, sublinhando o machismo dos homens. Todavia, reconhece que o fato de ser estrangeira a deixa mais vulnerável em algumas situações, como golpe de vendedores. Também pode acontecer o xingamento de “sapatona” ou “bicha-feia” quando se passa na rua. Elisabete relatou que alguns pais marroquinos e

turcos da escola onde a filha estuda já lhe perguntaram se ela era a babá da filha. “Eu vejo como burrice, porque eu sou preta e ela é branca”, afirmando que os holandeses são mais sutis na forma de perguntar. Arrematando, ela reconhece que a “discriminação existe em toda a parte do mundo”, inclusive na Holanda.

Interconexões Finais

Dentre tantas experiências vividas e trânsitos realizados, o jeito como Elisabete relata as experiências demonstra a capacidade de mover-se com fluidez em situações que poderiam ser descritas como preconceito. Não costumou nomeá-las como discriminação, mas sabe que existem, pois muitas vezes, precisou provar que sabia. Elisabete parece fazer arranjos de modo a deslizar pelas experiências, entre a força e sabedoria, sem que elas sejam entraves para o seu crescimento, contando ainda com redes de sociabilidade onde exerce liderança. Buscou saber, pois compreendia que este lhe daria o poder de realizar coisas, exerceu sua liberdade de ir e vir, mantendo sua autoestima. Sua experiência é expressa como um lugar de contestação, a não acomodação (BRAH, 2006).

Na ocupação da terra e na constituição do assentamento, a dinâmica foi de ruptura com as estruturas e com o poder instituído, forçando que a justiça decidisse. Todavia, em muitas situações adotou a negociação, no sentido posto por Spivak (1990), em que a alternativa é alterar algo que se é obrigado a viver, sem, no entanto fazer rupturas estruturais, mas provocando rachaduras, de onde emergiram as saídas na articulação entre as dimensões de gênero, raça, classe, sexualidade, localidade e o poder.

A trajetória da personagem demonstra como os marcadores se alteraram, tomando a ênfase em momentos diferentes da sua vida, revelando também sua capacidade de “agência” em superar o peso da interseccionalidade desses marcadores. Sua vida é pautada pela ruptura e contestação na fase de juventude e da luta pela terra, no exercício da sexualidade, na performance de gênero adotada. Também na experiência de mulher negra brasileira na Europa, ela rompe com situações comuns de mulheres que sofrem a violência doméstica ou entram na rota do turismo e da exploração sexual. Elisabete rompe como o modelo estereotipado da mulher brasileira negra; a mulata sensual, voluptuosa, passional, dócil e submissão. Sua orientação sexual quebra com a heteronormatividade e a inseriu em outras possibilidades de ser mulher negra na Europa. São fronteiras porosas (SHOHAT, 2002) que permitem os trânsitos de

resistência e força, as brechas alcançadas pelo agenciamento dos sujeitos... Naqueles lugares, exatamente, em que parecia não existir possibilidade.

Bibliografia

BRAH, Avtar. “Diferença, diversidade, diferenciação”. **Cadernos Pagu**. 2006, n.26, pp. 329-376. disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30396.pdf> RAH, Avtar.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

HILL COLLINS, Patricia. *Toward a new vision: Race, class, and gender as categories of analysis and connection*, In: Michael S. Kimmel / Abby L. Ferber (eds.), *Privilege: A reader*, Cambridge, MA: Westview Press, **2003**. 331-347

CRENSHAW, Kimberlé. “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”. *Revista Estudos Feministas*, Vol.10, N.1/2002, pp.:171-188.

DELEUZE, Gilles. *Diálogos*. São Paulo: Escuta; 1998.

GARCIA, Lorely. **Entremundos. Histórias de Mulheres Transnacionais**. Fazendo Gênero – 7 – Gênero e Preconceito, Florianópolis, 2006 (http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/st_55.html)

Grupo de Lésbicas Feministas de Barcelona. Inseminação artificial caseira ou como ser lésbica e engravidar. Guia para a Inseminação Caseira. Disponível em:

<http://www.clubesafo.com/Actividades/homop/INSEMIMACAO%20ARTIFICIAL%20CASEIRA.htm> , acessado em 07 de junho de 2012.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 5, p. 7-42, 1995.

LESLIE, MacCall. The complexity of intersectionality. *Journal of Women in Culture and Society*. Vol 30, No 31. University of Chicago Press, 2005. Disponível em: http://infotrac.galegroup.com/itw/infomark/627/604/77778423w6/purl=rcl_ITOF_0_

MUNANGA, Kabengele. As Facetas de um Racismo Silenciado, in SCHWARC, L.; QUEIROZ, R. *Raça e Diversidade*. São Paulo: EDUSP/Estação Ciência, 1996c, pp. 213-229.

NOGUEIRA, Nadia. *Invenções de Si em Histórias de Amor: Lota & Bishop*. Rio de Janeiro, Apicuri, 2008.

PISCITELLI, Adriana. 2008. Interseccionalidade, categorias de articulação e Experiências de migrantes brasileiras. *Revista Sociedade e Cultura*, n. 2, jul./dez., p.263 a 274.

SCOTT, J. A invisibilidade da experiência. **Revista Projeto História**, São Paulo, v. 16, 1998. p. 297-325,.

SHOHAT, Ella. A vinda para a América: reflexões sobre perda de cabelos e de memória. *Revista Estudos Feministas*, V.10, n.1, 2002, p. 99-117.

SPIVAK, Gayatri. Interviews, Strategies, Dialogues. New York: Routledge, 1990.

ZOURABICHVILI, François. O Vocabulário de Deleuze. Disponível em:
<http://www.ufrgs.br/corpoarteclinica/obra/voca.prn.pdf>, acesso em 30 de abril de 2012